

28 DEZ. 1991

Orçamento será retido para atender ao FMI

CORREIO BRAZILIENSE

O governo vai contingenciar em pelo menos 70 por cento as despesas previstas no orçamento da União para o ano que vem. O Congresso ainda não enviou ao Executivo a versão final que foi aprovada, mas, segundo uma fonte do Ministério da Economia, o presidente Fernando Collor já deu o sinal verde para contingenciar os gastos, o que será feito tão logo o relator da Comissão Mista de Orçamento, deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE), envie o texto final aprovado pelo Congresso. Segundo a fonte, não está descartada a hipótese de o Governo cortar além dos 70 por cento, caso as análises técnicas indiquem que aquele percentual não será suficiente para que se obtenha o **superávit** primário de três por cento do Produto Interno Bruto (PIB) previsto na carta de intenções ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

O controle dos gastos não ficará restrito ao contingenciamento. Além disso, o Ministério da Economia vai bloquear o empenho dos gastos. As notas de empenho só poderão ser emitidas depois de efetivado o descontingenciamento. E isso só será feito à medida em que o dinheiro entrar no caixa do Tesouro. Este ano, apesar do

contingenciamento, muitos órgãos ultrapassaram os limites de gastos contando com uma receita adicional que terminou por não se realizar. O bloqueio do empenho evitará a repetição desse problema.

O corte nos gastos previstos no Orçamento significa um aperto a mais na economia, contribuindo para agravar o processo recessivo.

Precisamos obter superávits de caixa do Tesouro acima da média de Cr\$ 100 bilhões obtidos neste segundo semestre. Por isso o controle será duro — justificou uma fonte do Ministério da Economia.

Este ano o Governo contingenciou o orçamento em 70 por cento mas privilegiou os Ministérios da área social, para os quais o contingenciamento ficou limitado a 40 por cento das despesas autorizadas pelo Congresso. Para 1992 o Ministério da Economia está estudando a fixação de critérios gerais. Dar tratamento muito diferenciado seria, segundo uma fonte, alterar a ordem de prioridade aprovada pelo Congresso a partir da proposta original do Executivo.

Desta vez, a idéia é fazer um corte o mais linear possível.